

DEPUTADO FEDERAL

LUIS MIRANDA

SEGURANÇA PÚBLICA

ATUAÇÃO PARLAMENTAR – 2019 / 2020



Câmara dos Deputados – Gabinete 241 – Anexo IV – Telefone: 3215-5241 – Celular: (61)
9 9537-4515 – CEP: 70160-900 – Brasília-DF – E-mail: dep.luismiranda@camara.leg.br

PARTICIPE DO MANDATO, DÊ SUA SUGESTÃO!

 [luismirandausa](https://www.instagram.com/luismirandausa)  [Luis Miranda USA](https://www.facebook.com/LuisMirandaUSA)  [@LuisMirandaUSA](https://twitter.com/LuisMirandaUSA)

O DEPUTADO FEDERAL LUIS MIRANDA NÃO MEDE ESFORÇOS PARA MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

CMO aprova autorização para reajuste de policiais no Distrito Federal

Da Redação | 10/03/2020, 19h31



A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou nesta terça-feira (10) a proposta (PLN 1/2020) que autoriza a recomposição salarial para agentes de segurança pública do Distrito Federal, por meio do reajuste de 25% na Vantagem Pecuniária Especial (VPE) devida aos policiais e bombeiros militares e do aumento linear de 8% para os policiais civis, ambos retroativos a janeiro último. O projeto ainda será votado no Plenário do Congresso Nacional.

O texto também abre possibilidade de reajuste para os policiais dos ex-territórios de Amapá, Rondônia e Roraima.

O deputado **Luis Miranda (DEM-DF)** justificou o reajuste.

— A inflação acumulada, desde que não foi dado nenhum aumento para os policiais do DF, já chega a 76,31%. Desde 2010 que não tratamos deste assunto. O ajuste que conseguimos na Polícia Civil do DF foi de apenas 15,76%. É uma diferença de mais de 60% — afirmou.

Comissão debate a segurança dos motoristas de aplicativos

03/12/2019 - 08:56

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realiza audiência pública hoje para discutir a segurança dos aplicativos de transporte. O deputado **Luis Miranda (DEM-DF)**, autor do requerimento para realização do encontro, justificou o debate citando inúmeros casos de violência contra motoristas que trabalham com esses aplicativos.

Comissão aprova normas de promoção da segurança escolar

21 de Outubro de 2019

A proposta aprovada é o texto substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF)



Poder Legislativo

Comissão aprova adicional de risco para agentes de segurança

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 1305/19, que cria adicional por atividade de risco, fixado em, no mínimo, 30% da remuneração, para integrantes do sistema de segurança pública.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado **Luis Miranda** (DEM-DF), ao texto original apresentado pelo deputado José Medeiros (PODE-MT).

AGÊNCIA BRASÍLIA * | EDIÇÃO: FÁBIO GÓIS

O secretário de **Segurança Pública** (SSP-DF), delegado Anderson Torres, reuniu-se com o secretário-geral da Presidência da República, ministro Jorge Oliveira, e entregou minuta de projeto de lei assinada pelo governador do Distrito Federal, **Ibaneis Rocha**, com pleitos importantes para as forças de segurança do DF. O encontro foi na manhã desta quinta-feira (24) e teve a participação do deputado federal **Luís Miranda (DEM)**, relator da Medida Provisória nº 971/2020, que dispõe sobre as carreiras das forças, na Câmara dos Deputados.

Luís Miranda garante que reajuste de categorias de Segurança não exigirá custos extras aos cofres públicos

No DF, o secretário de Segurança Pública comemorou a aprovação da MP e agradeceu ao deputado "por ter entendido a importância deste pleito e ter feito uma relatoria à altura"

JBr Publicado em 21/09/2020 às 5:07 pm
Por Redação Jornal de Brasília

DISTRITO FEDERAL

Reajuste da Segurança Pública será debatido por bancada do DF no Congresso

Deputados e senadores se encontrarão na casa do relator da MP 971, na Câmara dos Deputados, **Luis Miranda (DEM)**

FORÇAS DE SEGURANÇA

Secretaria entrega PL para reestruturação de carreiras da segurança

O texto, assinado pelo governador Ibaneis Rocha foi enviado nesta quinta-feira (24/12), e contou com apoio do deputado federal [Luís Miranda \(DEM\)](#)

Novo projeto para as forças de segurança do DF

Publicado em 29/09/2020 - 20:33  Ana Maria Campos  CB.Poder

Depois da aprovação da Medida Provisória 971, que deu o reajuste para militares e policiais civis do Distrito Federal, o relator da MP, deputado federal [Luís Miranda \(DEM/DF\)](#), e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira, acertaram o envio das emendas que ficaram de fora do texto para a elaboração de um novo projeto.

DESTAQUES

LEGISLATIVO

POLÍTICA & PODER

Relator do orçamento acata emenda de Luis Miranda para segurança pública

17 de dezembro de 2020

Distrito Federal

Deputado Luis Miranda entrega à Ibaneis proposta para forças de segurança do DF

Por [Donny Silva](#) - 05/10/2020 21:34

 33  0



O deputado Luis Miranda (DF) conseguiu emplacar na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021 (PLN 9/2020), cinco emendas que vão beneficiar diversas áreas. Uma das emendas acatadas pelo relator, o senador Irajá (PSD-TO), está a que possibilita ampliação e reforma de batalhões da Polícia Militar no Distrito Federal.

Além da PM, o texto também abrange aumento de quartéis e delegacias do Corpo de Bombeiros e Polícia Civil, respectivamente.

Ao todo, a emenda, de autoria do deputado, indica um número de 50 projetos para a área de segurança pública. Isso significa que seria um orçamento para reforma ou até ampliação em batalhões da PM, Corpo de Bombeiros, delegacias, além dos equipamentos.

PROPOSIÇÕES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA 2019

PL 6354/2019 - Altera a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para conceder tratamento penal mais rígidos a crimes relacionados com o porte de arma de fogo.

A presente proposição legislativa tem o objetivo de conceder tratamento penal mais rígido aos crimes de porte de arma de fogo com fins intimidatórios e ao homicídio cometido por agente com autorização legal ou não de porte de arma. Tal medida se mostra necessária vez que atualmente há um movimento de flexibilização do acesso a arma de fogo no Brasil, sendo imperiosa a criação de mecanismos de responsabilização penal daqueles que porventura fizerem mal-uso do direito à posse e ao porte de arma de fogo.

PL 6353/2019 - Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para assegurar a destinação de parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito à manutenção de rodovias e à educação de trânsito.

Propomos alterar a redação do dispositivo para determinar que, ao menos, 30% da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito sejam aplicados em engenharia de tráfego e manutenção das rodovias e 30% em programas de educação de trânsito. Nosso objetivo é impor aos órgãos responsáveis investimentos para que rodovias estejam em boas condições de tráfego e para que seus usuários se conscientizem sobre condutas que favoreçam o trânsito de forma segura.

PL 4246/2019 - Modifica a Lei de Crimes Hediondos, para inserir o crime de corrupção de menores.

Proponho a retirada da causa de aumento de pena, com a consequente supressão do § 2º e conversão do atual § 1º em parágrafo único, e a inclusão do tipo penal de corrupção de menor no rol dos crimes hediondos, para que toda e qualquer prática de infração penal cometida com o auxílio de criança ou adolescente seja considerada crime hediondo.

PL 2602/2019 - Altera o art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para estabelecer a obrigação de indisponibilidade de conteúdo apontado como infringente em boletim de ocorrência policial.

Alteração legislativa que proporciona mecanismo menos gravoso, e com menor custo, para que o cidadão comum possa se defender por meio da célere retirada da rede de internet, postagens que lhe sejam danosas e/ou criminosas.

PL 31/2019 - Acrescenta parágrafo único ao art.1º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

Proponho alteração da Lei nº 8.176/91, a fim de agravar a pena dos crimes de adulteração de combustível praticados no âmbito dos postos de abastecimento,

de forma a desestimular essa prática criminosa e punir com mais rigor esses agentes criminosos.

EMENDAS A LOA 2019-2020

EMENDA DE BANCADA – Destinação Luis Miranda – Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade – **R\$ 11.950.000,00** – 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.

A Emenda tem a finalidade de transferir recursos da União para a segurança pública do Distrito Federal.

PROPOSIÇÕES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA 2020

PL 5223/2020 - Fixa a competência para o processamento e julgamento dos crimes cometidos por qualquer meio de comunicação ou por sistema de informática ou telemática.

Inserimos um dispositivo no supramencionado art. 70 do CPP, a fim de dirimir a grande celeuma que se instaurou na jurisprudência no tocante à competência para processamento e julgamento dos crimes cometidos por meio virtual.

Quando o crime for praticado por qualquer meio de comunicação ou por sistema de informática ou telemática, é competente o foro do local onde ocorreu o efetivo prejuízo à vítima ou o local do seu domicílio.

PL 5222/2020 - Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre infrações cometidas em veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de fiscalização e operação de trânsito e em ambulâncias.

O presente projeto de lei tem por objetivo resolver severo transtorno burocrático decorrente da aplicação, pelos mais diversos órgãos de trânsito, de multas e outras penalidades a condutores de veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, como os dos **corpos de bombeiros**, viaturas das **polícias civis e militares** e também àqueles dos próprios órgãos de fiscalização e operação de trânsito, além das ambulâncias.

PL 3636/2020 - Tipifica os crimes contra a economia popular e aumenta as penas das infrações contra a ordem econômica quando cometidos durante período de calamidade pública.

Propomos que seja tipificado o crime contra a economia popular quando cometido em período de calamidade, cominando pena de reclusão, de quatro a doze anos, como sanção pela prática da conduta descrita no art. 3º, inciso VI, da Lei nº 1.521/51, que tipifica como crime contra a economia popular “provocar a alta ou baixa de preços de mercadorias, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício”.

PL 1258/2020 - Tipifica a divulgação de notícias falsas durante o período de calamidade pública, estado de defesa, estado sítio ou intervenção, tratando ainda do indiciamento e da indenização em tais casos, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

Além de específico tipo penal, prevê-se, ainda, causa de aumento de pena quando a notícia falsa tem autoria atribuída a autoridade pública e as empresas prestadoras de serviço digital.

RELATOR - MPV 971/2020 - Aumenta a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Extintos Territórios Federais e altera as regras de cessão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.

A MP 971/2020 prevê reajuste de 25% na Vantagem Pecuniária Especial (VPE) devida a **policiais militares e bombeiros do DF**. Na **Polícia Civil**, o aumento é de 8% linear para todos os cargos. A MP 971 também corrige em 25% a tabela da VPE devida a PMs e bombeiros da ativa, inativos e pensionistas dos ex-territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima. Essas carreiras fazem parte de quadro de servidores da União atualmente em extinção.

EMENDAS A LDO 2020-2021

Emenda de Meta – 91030001 – **SEGURANÇA PÚBLICA - APROVAÇÃO TOTAL DA EMENDA** - METAS: AÇÕES APOIADAS: 50 – Não existia a rubrica, sendo incluída com a presente emenda.

AÇÃO: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.

A Emenda é genérica, com a principal finalidade de destinar recursos na LOA para a Reforma de batalhões da PM, CBM e as Delegacias da Polícia Civil.

EMENDAS A LOA 2021-2022

EMENDA DE BANCADA – Destinação Luis Miranda – Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade – **R\$ 30.000.000,00** – 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.

A Emenda tem a finalidade de transferir recursos da União para a construção das Policlínicas e centro de treinamento na Polícia Civil do Distrito Federal.